

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIV nº 1489 | 02/09/2019 a 08/09/2019

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

AUDIÊNCIA PÚBLICA

MOBILIZAÇÃO HISTÓRICA

Mais de 2 mil produtores participaram do ato que inicia uma nova era na sanidade paranaense



sistemafaep.org.br

Aos leitores

O Boletim Informativo traz a síntese de um momento histórico para o agronegócio paranaense. No dia 28 de agosto, na Assembleia Legislativa, em Curitiba, mais de 2 mil produtores rurais compareceram à Audiência Pública Paraná Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação. O ato representou uma demonstração da força que o campo tem quando se une com uma pauta em comum, fazendo uma “pressão ordeira”, como definiu o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Durante as falas de lideranças rurais, políticos e agentes da defesa agropecuária ficou claro que os produtores conquistaram, como fruto da sua mobilização, o apoio do poder público e de praticamente todas as entidades do agro. Prova disso é que o governo do Estado colocou a mão no bolso para poder anunciar um concurso público para a contratação de profissionais, medida exigida para que a caminhada rumo à retirada da vacina contra aftosa possa ter continuidade.

Essa é mais uma conquista sacramentada no esforço deste dia 28 de agosto, mas que reflete o cuidado em cada atividade rural nas últimas décadas. E a grande mobilização estadual em torno do tema, envolvendo os poderes público e privado, demonstrou que estamos prontos do ponto de vista estrutural. Ainda, temos também união, crucial para entrarmos e permanecermos firmes na nova era do agronegócio paranaense, na qual passamos a ser fornecedores não de comida, mas de segurança alimentar ao mundo.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior, Valdemar da Silva Melato e Nelson Natalino Paludo | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Ciro Tadeu Alcântara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafaneli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1489:

André Rodrigues, Fernando Santos, Giuliano Gomes, Luiz Costa, Michel Willian, Rogério Machado, William Goldbach, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Diante de 2 mil produtores, governo confirma concurso para contratação de profissionais, exigência para o reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação

PÁG. 4

PECUÁRIA MODERNA

Evento do Programa reúne mais de 500 pessoas para debater temas como Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

Pág. 3

REGISTRO

Confira, em fotos, os principais momentos da Audiência Pública sobre a retirada da vacinação

Pág. 16

ORIENTAÇÃO

A partir de 10 de setembro, receituário agrônomo precisa ter coordenadas geográficas da propriedade

Pág. 22

CONHECIMENTO

Sistema FAEP/SENAR-PR realizou cinco seminários sobre o bicudo da cana-de-açúcar

Pág. 24

CAPACITAÇÃO

Por meio do curso do SENAR-PR, policial militar se especializa no casqueamento, de olho em nova profissão

Pág. 26

Dia de Campo do Pecuária Moderna reúne 500 produtores

Programação do evento incluiu palestras sobre Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e consórcio de culturas



No dia 22 de agosto, mais de 500 pessoas, entre produtores rurais, técnicos, pesquisadores, professores, estudantes e profissionais do setor agropecuário, participaram do 3º Dia de Campo Produção Integrada, na Fazenda Capão Redondo, no município de Cândói, na região Centro-Sul do Estado. O evento fez parte do Programa Pecuária Moderna, lançado em agosto de 2015 pelo governo estadual em parceria com diversas entidades, entre elas o Sistema FAEP/SENAR-PR.

A programação incluiu as palestras “Planejamento Forrageiro de Verão para Altas Produtividades”, com o agrônomo e coordenador de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos da Atlântica Sementes, Steben Crestani, e “Lavoura de Carne 12 Meses do Ano”, com o médico veterinário e gerente técnico de Pecuária de Corte DSM, detentora da marca Tortuga, Eduardo Madruga.

Na segunda parte do evento, os participantes, em grupos, assistiram as apresentações nas estações no campo sobre “Planejamento da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta”, “Consórcio de milho com forrageiras” e “Opções de forrageiras de inverno”.

“O sistema integrado de agricultura, pecuária e floresta é complexo e precisamos unir os conhecimentos para que dê certo

a produção nesse sistema. Precisamos de dedicação e de assistência técnica. E somente com diálogo e pesquisa conseguimos bons resultados”, destacou Rodolpho Luiz Werneck Botelho, presidente do Sindicato Rural de Guarapuava e anfitrião do evento.

Pela primeira vez em um Dia de Campo de produção integrada, a pecuarista Sandra Queiroz, do município de Teixeira Soares, conseguiu adquirir ainda mais conhecimentos sobre os sistemas para implantar na sua propriedade, além da troca de informações com outros produtores e profissionais.

“Na parte de campo, os temas também foram essenciais para os pecuaristas, trabalhando exatamente aquilo que precisamos evoluir. Além disso, a própria integração que eventos assim trazem é demais. Nesses encontros, a rede de conhecimento que nos é proporcionada é bárbara. E com certeza o que ouvi e aprendi vou utilizar mesmo na minha propriedade”, disse a produtora.

O evento foi organizado pela Fazenda Capão Redondo e promovido pelo Sindicato Rural de Guarapuava, Coamo, Atlântica Sementes, Programa Pecuária Moderna, Tortuga DSM e Unicentro, com apoio da Corteva, Ourofino, Waimur, TenBrasil e Zoetis.



Mobilização histórica pelo fim da vacinação

Contratações de veterinários e técnicos agrícolas eram as últimas pendências para iniciar uma nova era nas exportações do Estado

Por Antonio C. Senkovski e Felipe Aníbal

O fim da vacinação contra a febre aftosa no Paraná está sacramentado. A realização de um concurso público para a contratação de profissionais para reforçar a defesa agropecuária do Estado era a última pendência a resolver para se avançar em definitivo nessa questão. No dia 28 de agosto, em Curitiba, na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), durante a Audiência Pública Paraná Livre da Febre Aftosa sem

Vacinação, essa espera acabou. O secretário da Agricultura e Abastecimento do Paraná, Norberto Ortigara, confirmou que o governador Carlos Massa Junior autorizou a realização de um concurso público que prevê 30 vagas para médicos veterinários e 50 para técnicos agrícolas. Mais de 2 mil produtores rurais e pecuaristas, de todas as regiões do Estado, estiveram em Curitiba para participar do evento.

Com isso, está resolvida a última pendência para que o Estado possa solicitar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em setembro, o reconhecimento



+ UMA CONQUISTA



como área livre de febre aftosa sem vacinação. Posteriormente, o Mapa poderá pedir, no ano que vem, à Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) o reconhecimento internacional do Paraná como território livre da doença sem imunização. Este último, caso aprovado, passará a ter validade em 2021.

“O primeiro interessado nesse avanço sanitário somos nós, produtores rurais. O segundo interessado é a indústria, que processa. Então, somos nós que temos que querer e os governos têm que dar condições para que as coisas andem bem, agir com inteligência para que possamos evoluir”, apontou Ortigara.

O secretário lembrou que, nos anos 1970 e 1980, a aftosa era comum no território paranaense e que houve um trabalho incansável para vencer a doença. “Touxemos a zero essa enfermidade, com a estratégia adequada àquela época. Destaco todo nosso avanço, do respeito conquistado, da relação de confiança, a busca de informação, transparência, da criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná [Adapar], a constituição de barreiras, de monitoramento dos plantéis. A proposta é trocar um sustentáculo, que é a vacina, por ferramentas muito mais inteligentes”, detalhou.

O presidente da Federação da Agricultura do Paraná

(FAEP), Ágide Meneguette, também resgatou, durante o evento, a longa trajetória iniciada na década de 1970, para que o Paraná construísse toda sua estrutura sanitária e de defesa agropecuária. Para o presidente da FAEP, este processo foi consolidado ano a ano e não tem um único protagonista, mas é resultado de esforços coletivos, ao longo de todos os governos, com participação tanto de entidades e da iniciativa privada, quanto de entes públicos.



CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

• Ligue a câmera do seu celular, aponte para o QR Code, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

• Ou assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br





Ágide Meneguette ressaltou a mobilização de mais de 2 mil produtores de todo o Estado

“Quem carrega esse Estado somos nós, produtores rurais, trabalhadores rurais, que fazemos no dia a dia o nosso dever para gerar riquezas”

**Ágide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR**

“Isso não foi construído só pela FAEP, mas por todos que querem o crescimento do Paraná. A história tem que ser justa e lembrada, para avançarmos sempre mais”, observou. “Ainda na década de 1980, procurei o então presidente desta Casa, Aníbal Khury, procurando apoio institucional. Falaram que este era o caminho, mas que era longo. É um caminho longo, mas temos que chegar. Quero registrar que todos fizeram a sua parte”, apontou.

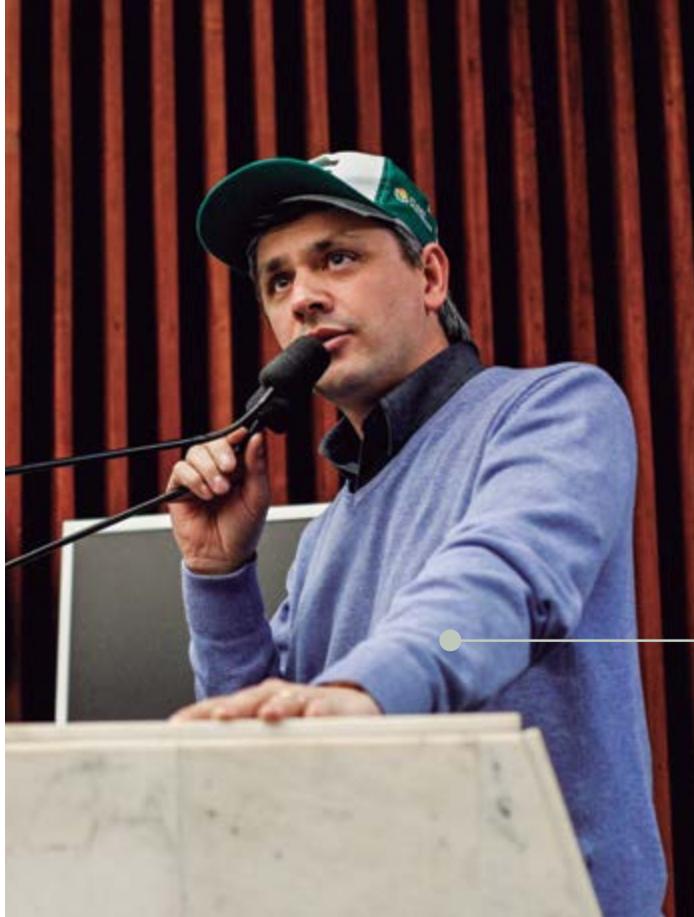
O líder da Federação também celebrou o potencial econômico que devem advir com o reconhecimento internacional do Paraná, como área livre de aftosa sem vacinação. Meneguette lembrou que, hoje, a agropecuária é responsável pela geração de 53% do que se produz no Estado. Com o novo *status*, a expectativa é de que a importância do agronegócio se torne ainda maior.

“Acabamos de assinar um convênio com a União Europeia, onde estão 500 milhões de consumidores, mas que vão exigir a mesma qualidade e as mesmas condições de sanidade que eles têm. E nós estamos preparados, na frente dos outros Estados, para que possamos dar condição ao nosso produtor, à nossa indústria, aos nossos exportadores, para disputarmos esse novo mercado”, disse.

Por fim, Meneguette enalteceu a atuação do produtor rural, que teve participação determinante em todas as etapas da estruturação sanitária do Paraná, há mais de 40 anos. O presidente da FAEP também destacou a demonstração de civismo que os 2 mil produtores de todas as regiões do Estado tiveram, ao se deslocar por centenas de quilômetros para acompanhar a audiência pública em Curitiba.

“O governo não administra só prioridades. Administra pressão. Aqui está uma pressão ordeira, mostrando que queremos que o Paraná avance”, ressaltou. “Quem carrega esse Estado somos nós, produtores rurais, trabalhadores rurais, que fazemos dia a dia o nosso dever para gerar riquezas. Eu tenho certeza de que a sociedade reconhece que precisamos continuar trabalhando para o desenvolvimento do Paraná”, definiu.

José Roberto Ricken, presidente do Sistema Ocepar enfatizou a união do agronegócio, que especialmente no Paraná possui uma capacidade de agregar as mais diversas cadeias em prol de um objetivo comum. “Eu e o Ágide [Meneguette] levamos este assunto ao G7 [grupo que reúne as sete principais federações do Estado]. Todas as sete entidades assinaram um documento, que foi levado ao governador, apoiando esta medida. Não tenham dúvida de que estamos seguros.



Marcos Brambilla, da Fetaep, concorda com a retirada da vacina

Ágide, queria agradecer a sua atuação. Acho que você puxou a frente. Só a FAEP, investiu mais de R\$ 40 milhões, no que fosse necessário”, revelou.

Marcos Brambilla, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Estado do Paraná (Fetaep), confirmou que assim como Ocepar e FAEP, para a entidade por ele representada esse é o momento de avançar. “Nosso segmento, da agricultura familiar, precisa desse novo *status* sanitário. O Paraná precisa se tornar livre de febre aftosa sem vacinação e com desenvolvimento. Hoje, temos a segurança de dizer que há décadas fazemos um trabalho sério, bem referendado, muito bem conduzido. Temos uma estrutura pronta para agir, com mecanismos eficientes, e o momento hoje requer a retirada da vacinação”, ratificou.

Auditorias do Mapa

Ao longo de 2018, o Mapa realizou auditorias necessárias para que seja encaminhado o pedido de reconhecimento do Paraná como área livre de aftosa sem vacinação à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). O resultado das duas auditorias foi excelente. O serviço de defesa agropecuária do Paraná foi o mais bem avaliado do Brasil, melhor até do que Santa Catarina, único Estado brasileiro reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação. O Paraná superou a pontuação da auditoria do Mapa em 48% dos quesitos e alcançou a pontuação necessária em 35%.

Nesses 16% dos itens analisados que ficaram abaixo da pontuação, foi gerado um plano de ação com nove itens, dos quais sete foram implantados pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e outros dois precisavam ser providenciados: contratação de fiscais para garantir o funcionamento pleno das barreiras sanitárias; e a construção do posto de fiscalização sanitária em Campina Grande do Sul.

No caso do posto de fiscalização, a iniciativa privada, em uma organização que teve a participação de entidades como a FAEP e o Sistema Ocepar. Orçada em R\$ 1,5 milhão, a obra começou em 5 de agosto, com término previsto para o fim de novembro. Faltava ainda a oficialização do concurso público, o que foi anunciado pelo secretário Norberto Ortigara durante a Audiência Pública na Alep, em Curitiba, no último dia 28 de agosto.



José Ricken, da Ocepar, destacou a união do setor

“Sem sanidade, terra não vale nada”

Elias Zydek, diretor da cooperativa Frimesa, enfatizou que o campo faz parte de um negócio globalizado, contexto que o Paraná pode aproveitar para vender seus produtos agrícolas e pecuários, principalmente as carnes, a outros países. “Nós devemos seguir as regras internacionais, que são cheias de nuances. São questões ambientais, de não ter passivos trabalhistas, seguir regras de bem-estar animal, da emissão de carbono, a questão dos contaminantes. Mas o mais importante entre todos os aspectos, e talvez o mais difícil, é a sanidade”, elegeu.

O dirigente refletiu sobre o bem mais precioso que qualquer produtor pode ter, a terra. O Paraná possui algumas das propriedades mais valiosas do mundo, mas para Zydek, esse valor só faz sentido se vier junto com um sistema sanitário capaz de dar garantia aos compradores internacionais. “Estamos juntos com centenas de produtores rurais, que tem suas propriedades, fizeram seus investimentos. Sabe quanto valem essas propriedades? Eu diria que não valem nada se não tivermos sanidade. É por isso que temos que andar nessa caminhada, juntos, para conquistar o maior bem de todos que é a sanidade. O mundo é uma grande competição e não adianta nós querermos estabelecer as regras. Temos que seguir as regras que estão colocadas se dele quisermos participar”, pontuou.

Elias Zydek refletiu ainda sobre o fato de os mercados mais nobres, como o Japão, pagam até 700 dólares a mais do que o Paraná recebe a cada tonelada de carne suína. “A diferença no acesso a esses mercados significa viabilidade aos negócios. Estamos vendo o cavalo encilhado passando, quanto tempo mais temos que ficar assistindo? Temos que fazer nosso dever de casa e é o que nós estamos fazendo aqui hoje”, enfatizou.

Zydek convocou a todos para participar da vigilância constante, feita no dia a dia em todos os elos da cadeia produtiva. Mas aproveitou para convocar o Estado a cumprir o seu papel. “Proteger o Paraná é dever de todos, mas cabe ao Estado gerenciar isso. Todas as entidades lideraram um processo e criamos um fundo para reformar guaritas e construir essa que faltava na divisa com São Paulo. Mas contratar fiscais é uma obrigação do Estado. Precisamos de duas coisas. Terminar com a vacinação, que já está a caminho, e que o Estado contrate as pessoas que ainda faltam para garantir aos nossos clientes compradores que aqui a sanidade está garantida”, solicitou.



Produtores rurais ocuparam o Plenário da Aleg



Deputado Anibelli Neto foi o proponente da Audiência Pública



Norberto Ortigara anunciou a realização de concurso público

Exemplo de civilidade

A Audiência Pública do dia 28, com o tema Paraná Livre da Febre Aftosa sem Vacinação, entrou para a história da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). A Casa recebeu mais de 2 mil produtores rurais e pecuaristas de todas as regiões do Estado que viajaram a Curitiba em mais de 30 caravanas. E todos, de uma forma ou de outra, participaram do evento, seja no Plenário, Plenarinho ou em espaços adaptados com telões para que pudessem acompanhar os discursos e os debates. A mobilização histórica do campo também se consolidou como um exemplo de civilidade democrática, desde a forma de ingresso nos recintos, a postura ao longo da Audiência Pública até a saída, sempre de forma organizada e exemplar.

“Eu queria agradecer a todos os produtores que pegaram ‘busão’ e vieram aqui. Aqui está uma pressão ordeira, mostrando que queremos que o Paraná avance. Estão todos de parabéns”, disse Meneguette.

Sem circulação viral, sem vacinação

A audiência pública não contou só com manifestações políticas, mas trouxe também dados técnicos que comprovam que o Paraná está pronto para o reconhecimento como área livre de aftosa sem vacinação. O gerente de saúde animal da Adapar, Rafael Gonçalves Dias, esmiuçou os detalhes do sistema sanitário do Estado, destacando a barreira que contará com 33 Postos de Fiscalização de Trânsito Animal (PFTAs) e a modernização de laboratórios públicos que podem diagnosticar a doença.

“A vacina foi fundamental para o controle da doença. Mas ela deve ser usada quando se tem circulação viral ou quando tem risco, quando algum vizinho tem registro da doença, por exemplo. Nós temos usado vacina no Brasil sem nenhum desses dois aspectos”, apontou. “Não é natural que você continue com a vacina por tanto tempo. É o que estamos fazendo neste momento”, observou.

Para além disso, Dias atesta que o Estado conta com um avalista poderoso, o Fundepec, que dispõe de recursos – quase R\$ 78 milhões – para indenizar produtores, caso seja necessário sacrificar animais em situações emergenciais sanitárias. Apesar disso, o Paraná se encontra, hoje, no mesmo bloco que outras 23 unidades da federação que mantêm estrutura sanitária inferior. Com o novo *status*, o território paranaense formaria um bloco único com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina – este já reconhecido como área livre de aftosa sem vacinação.

“Hoje, se tiver um caso no Acre, o Paraná perde a condição de livre de aftosa com vacinação na hora, junto a todos os outros Estados”, disse.

Otamir Cesar Martins, presidente da Adapar, complementou o papel importante que tem cumprido as parcerias entre iniciativa privada e poder público para obter sucesso na missão de manter o Paraná como um território sanitário robusto. “Seguindo as orientações da OIE, não faremos nada sem parceria público-privada. É um movimento muito evidente aqui no Estado. Estamos saindo buscar em termos de parceria, incluindo nossa estrutura no processo, colocando a importância de se fazer sempre o trabalho em conjunto”, contou.



Guto Silva reforçou o compromisso do Estado com o agronegócio



Autoridades ratificam decisão de retirada da vacinação

O presidente da Alep, Ademar Traiano, classificou a audiência pública como “um marco histórico” para o Poder Legislativo e uma “conquista histórica para o Paraná”. Entre os pontos dignos de comemoração, o deputado destacou o aspecto econômico, já que o reconhecimento internacional daria acesso a mercados externos mais sofisticados, que remuneram mais pelos produtos agropecuários. Além disso, o parlamentar apontou as décadas em que o Paraná vem se dedicando a estruturar todo seu sistema de defesa agropecuária, de acordo com protocolos internacionais.

“A partir deste momento, o Paraná se torna livre, se torna independente, com um olhar do mercado internacional. Que o Paraná possa, enfim, desfraldar a bandeira de sua liberdade econômica e que nossos agropecuaristas possam ser reconhecidos pelos nossos governantes”, disse o presidente da Alep.

Deputado que propôs a realização da audiência pública, Anibelli Neto relembrou a importância de debates recentes feitos sobre o tema, como a realização do Fórum Paraná Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, que passou por seis cidades do Paraná. “A maioria das dívidas foi dirimidas ali”, resumiu. Com todas as providências tomadas, o parlamentar considera que agora é hora de o Estado “estufar o peito e ter orgulho de ser agropecuarista”.

“Este ato [a conquista do novo *status*], representa muito mais para a economia do Paraná do que trazer 20, 30 ou 40 empresas com isenção de ICMS. Estamos prestigiando a vocação e o povo do Paraná”, afirmou. “Representa muito na minha biografia participar deste momento, ao lado de pessoas de bem, que querem um Paraná de bem, construindo seu futuro”, ressaltou o parlamentar, que também é presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Alep.

Guto Silva, chefe da Casa Civil do Paraná, ratificou o compromisso do governo com os produtores rurais de caminhar em direção a obtenção do status de livre de febre aftosa sem vacinação. “Vivemos um dia histórico. O governador fez uma escolha, não ache que não há pressão contra. Mas governar é tomar decisões e o Paraná que queremos é um Estado para todos. Não poderíamos perder essa oportunidade de avançar”, enfatizou.

Silva enumerou que a conquista vai significar melhor preço e ganhos para toda a cadeia do agronegócio, com mais emprego e renda para todos os paranaenses. “Quantos milhões de novos empregos serão gerados, qual a receita que vai entrar no bolso do produtor a partir dessa certificação? Em nome de todos, trago aqui a mensagem do governador, de que temos feito nosso papel, cortando secretarias, reduzindo custos, revisando contratos e olho firme nas contas públicas”, priorizou.



“Queremos o fim da vacinação. Queremos um passaporte para o mundo. Queremos acesso aos mercados internacionais. Se a vacina é um estágio, ela é temporária e não pode ser permanente. Para que deixar para amanhã, se já estamos prontos”

Natalino Avance de Souza, diretor-presidente da Emater



“É um dia importante a todos nós aqui. Uma demonstração clara da pujança, credibilidade, competência do nosso agronegócio. Este é o Paraná que dá certo. É chegada a hora de o Estado ser livre de aftosa sem vacinação”

Marcel Michelleto, deputado estadual



“Nós, das entidades, respeitamos todas as decisões contrárias, seremos parceiros de toda cadeia produtiva, sonhamos com isso, mas se a gente conseguisse juntar mais dois ou três Estados para que esse gado movimente entre eles, poderia facilitar a vida de todos nós”

Moacir Norberto Sgarioni, diretor da Sociedade Rural do Paraná



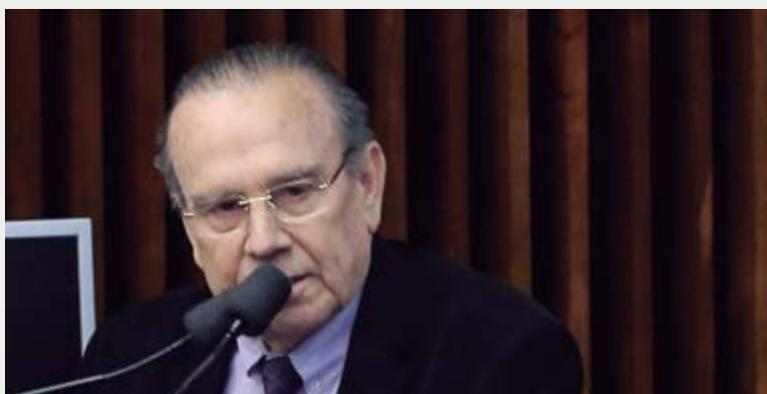
“Precisamos nos adaptar a um mercado cada vez mais competitivo para não ficarmos para trás. Que prevaleça acima de tudo o valor que nós, produtores, podemos aumentar por meio dessa medida”

Elio Rusch, deputado estadual



“É um marco histórico para o Legislativo poder protagonizar essa audiência pública. É um feito histórico para o estado do Paraná é há que se fazer um registro da importância desse momento, que todos estamos vivendo”

Ademar Traiano, deputado estadual, presidente da Alep



“Sou agricultor, avicultor e proprietário de abatedouro e posso dizer que estamos atravessando fases difíceis no Brasil. Precisamos investir para que o Estado fique livre de febre aftosa. O mundo depende do nosso Estado e do Brasil”

Jonas Guimarães, deputado estadual



“Ter o Paraná livre da febre aftosa sem vacinação significa diminuir o custo de produção para nossa gente e evitar que, quando surjam surtos em qualquer lugar do Brasil, sejamos afetados aqui, isso é de fundamental importância. É hora de todos nós nos unirmos”

Professor Lemos, deputado estadual



“O Estado deve fazer aquilo que seja melhor para o maior número de pessoas. Me parece que essa decisão está consolidada. Peço apenas que nós possamos olhar a situação dos pecuaristas e que o Estado possa ter políticas que atenuem um pouco os reflexos para essa cadeia”

Homero Marchese, deputado estadual



“Temos o exemplo de Santa Catarina, que já possui reconhecimento de livre de febre aftosa sem vacinação, e percebemos como conseguem aproveitar melhores oportunidades de negócio. A força da mobilização vai nos levar para esse mesmo caminho”

Stefani de Marco,
funcionária do Sindicato Rural de Céu Azul



“Estamos presenciando um passo de suma importância para a aproximação definitiva dos mercados mundiais que pagam melhor por produtos que possuem reconhecimento de sua qualidade. Esse selo é uma conquista para todo o Paraná e nossa região que possui grande produção pecuária”

Irimal Basso, presidente do Sindicato Rural de Rondon



“Essa oportunidade de debate é indispensável e a presença do produtor é fundamental, pois não há maior interessado em avançar no sistema sanitário do que os agropecuaristas. Então nada melhor do que os produtores colocarem suas opiniões e participarem desse processo”

Marco Antonio Trevisan, servidor da Adapar



“Como representantes dos produtores rurais, nós estamos apoiando essa decisão que, ao que tudo indica, vai trazer benefícios a todas as cadeias. O mundo acha que nosso produto está doente por ainda vacinarmos, mas nossos alimentos têm qualidade, a retirada da vacina vai sinalizar isso ao planeta”

Dourvan Westphal, presidente do Sindicato Rural de Cidade Gaúcha



“Estamos para defender a conquista do novo status sanitário porque vai melhorar em tudo as nossas atividades no campo, pois melhorando o controle do trânsito animal, demonstrando confiança ao mundo, vamos atingir um mercado maior e gerar mais riquezas”

Juan Aragon Garcia, proprietário rural em Xambrê



“Essa é uma luta que o agronegócio do Paraná vem encarando há muitos anos e está na hora de colhermos o resultado. A tendência é que consigamos chegar a essa conquista que vai abrir inúmeras portas aos nossos produtores por todo o planeta”

Luiz Carlos Frigo, presidente do Sindicato Rural de Japurá



“Nosso objetivo é atingir essa expectativa de parar de vacinar os bovinos no Paraná e demonstrar o cuidado que o produtor estadual tem na hora de produzir. Os benefícios para nossas atividades vão desde aumento na renda até poder negociar com outros países onde, hoje, nossa carne não entra”

Vilmar Fulber, produtor rural em Marechal Cândido Rondon



“A presença maciça fala por si só e revela a força dos produtores rurais. O fim da vacinação é algo que tem a participação de inúmeros produtores por todo o Estado. Não tem outro jeito de conquistar as coisas que não seja pela mobilização, pela união, fazendo as coisas juntos”

Genoir Nodari, da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo



“Trazer todas essas pessoas é uma forma de pressionar as lideranças políticas e o governo precisa ter respaldo para tomar suas decisões. Quem quer ter sua opinião respeitada precisa fazer sua voz ser ouvida. Ter produtores e uma entidade forte representando é algo fundamental para o agronegócio paranaense”

Egidio Gotardo, produtor rural em Medianeira



“O fim da vacinação tem um efeito prático imediato que é a economia ao pecuarista. Mais do que isso, tem um efeito que vai refletir para todos os produtores. O mundo quer produtos de qualidade, e nós estamos fazendo a nossa parte. Isso vai ser muito bom para o Paraná”

Miroslau Blainski, produtor rural em Assis Chateaubriand



“O que se quer enfatizar na audiência é que os produtores apoiam a retirada da vacina, porque são incontáveis os benefícios. O primeiro deles é a economia imediata com a vacina e, além disso, podemos vender com segurança nossos produtos para todo o mundo, com a confiança de que não nos faltará mercado”

Ilineu Damasceno, produtor rural em Pato Branco



“Essa conquista vai ser uma linha divisora na história da pecuária paranaense, que é a maior produtora de proteínas animais do Brasil e muito em breve vai ser tornar a maior produtora do mundo”

Edmilson Zobot, presidente do Sindicato Rural de Palotina









JUNTOS POR UM PARANÁ LIVRE DE FEBRE AFTOSA

PRIMO PRÓXIMO DO FUTEBOL

Rúgbi, criado pelos ingleses, permite o uso das mãos e dos pés. Esporte tem conquistado adeptos no Brasil e no mundo

Mundialmente, o esporte com bola mais famoso é o futebol. Mas uma outra modalidade bastante difundida é praticada em diversos lugares do planeta, com crescimento contínuo no Brasil nos últimos anos. No rúgbi, os jogadores utilizam mais as mãos que os pés. Personagem principal na disputa, a bola é oval e feita de couro, com dimensões entre 28 e 30 centímetros de comprimento e circunferência de aproximadamente 75 centímetros.

Existem vários relatos diferentes de sua origem. Um deles seria que o esporte derivou do chamado Harpastum, jogo praticado pelos romanos na antiguidade, como cita os autores Ateneu e Galeno. Em seguida na Itália, por volta de 1580, existia o Calcio, que para os celtas era Caid, esporte muito similar ao rúgbi.

Entretanto, não se pode negar o fato de o aluno William Webb Ellis, que durante um jogo futebol na Rugby School, na cidade de Rugby, na Inglaterra, ter corrido agarrado a bola,

infringindo a regra de não poder pegá-la com as mãos, para depois chutar. Apesar de ter ocorrido em 1823, o episódio só foi aceito como o nascimento do esporte no ano de 1880, oito anos após o falecimento do autor da jogada.

A modalidade era praticada nas aulas de educação física pelas escolas britânicas, ainda com cada instituição determinando suas próprias regras. Sua regulamentação iniciou em aproximadamente 1846, pelos alunos da Rugby School. Em 1871, aconteceu a primeira disputa entre países, onde os escoceses venceram os ingleses. O esporte estreitou também a Federação Rugby Football Union, no qual 15 anos mais tarde, seria substituído pela International Rugby Board.

Por se tratar de um esporte de contato muito intenso, os atletas precisam estar devidamente equipados. Assim, utilizam uma camiseta que recebe o nome de *Shoulder Pad*, que é responsável por fazer a proteção das áreas mais sensíveis do tórax, costas e braços. Para ter um bom desempenho no solo



gramado também é necessário utilizar uma chuteira adequada. O uso do capacete, que recebe o nome de *scrum cap* é facultativo, por isso, poucos jogadores o utilizam.

Brasil

A primeira aparição no Brasil foi em 1891, no Rio de Janeiro, com o Clube Brasileiro de Futebol Rugby. Em seguida, o brasileiro Chales Miller incentivou a prática juntamente com o futebol, no ano de 1895, em São Paulo. Porém apenas em 1920, foi quando realmente cresceu o número de adeptos, consecutivamente o aumento da quantidade de clubes e disputas.

A União Rugby do Brasil foi fundada em 1963, posteriormente permutada pela Associação Brasileira de Rugby, em 1972. Para se transformar no ano 2010 na Confederação Brasileira de Rugby (CBRu), que contou com seis Estados filiados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Rúgbi possui poucas participações no programa Olímpico: nas edições de Paris 1900, Londres 1908, Antuérpia 1920 e novamente em Paris 1924. Em todos os jogos o time era composto de 15 jogadores, o que atualmente é jogado com sete competidores por equipe. Versão conhecido como Rúgbi de 7, criada pelos escoceses por volta de 1884.

Em um campo de 100 metros de extensão por 70 de largura, os jogadores possuem o objetivo de levar a bola na linha do gol no lado da equipe adversário para concretizar o ponto. Enquanto alguns jogadores possuem a função de conduzir a bola, outros estão lá apenas para interceptar seus oponentes. Além dos sete competidores em jogo, cada time fica com mais 5 jogadores no banco, podendo utilizar apenas 3 deles na partida. O embate é dividido em dois tempos de sete minutos e no jogo final aumenta para dez minutos cada período.

Coordenadas geográficas em receita agrônômica passam a ser obrigatórias

A partir do dia 10 de setembro, profissional responsável por emitir o documento precisa incluir latitude e longitude da propriedade onde será feita a aplicação do agroquímico

Os profissionais responsáveis por emitir receituários agrônômicos no Paraná passam a ser obrigados a incluir no documento as coordenadas geográficas de um ponto dentro da propriedade onde será feita a aplicação de defensivos agrícolas. A medida visa aumentar a precisão das informações sobre o uso de agroquímicos no Estado, de modo a aprimorar o monitoramento e controle fitossanitário nas lavouras paranaenses.

A obrigatoriedade foi implementada por meio da Portaria 103 de 2019, da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). Inicialmente, a exigência passaria a valer no fim de junho, 60 dias após a publicação em Diário Oficial – que ocorreu no dia 26 de abril. Mas, para fornecer mais tem-

po para os envolvidos se adaptarem às novas exigências, o órgão estadual prorrogou o início da exigência para o dia 10 de setembro, por meio da Portaria 188, de 24 de junho de 2019.

A novidade não implica em qualquer alteração na rotina dos produtores rurais, enfatiza o coordenador do Sistema de Monitoramento de Agrotóxicos (Siagro) da Adapar, Luiz Angelo Pasqualin. “Ao produtor não haverá qualquer mudança. O produtor deve observar que os defensivos sejam aplicados de acordo com o recomendado nas receitas. A fiscalização continuará exigindo as mesmas documentações na propriedade”, reforça.

Confira a entrevista com Pasqualin sobre a nova exigência.

BI - Por que foi instituída a obrigatoriedade das coordenadas geográficas na receita agrônômica e o que essa medida muda na rotina do produtor rural?

LAP - A obrigatoriedade da localização da propriedade na receita agrônômica é exigida desde 2002, de acordo com o artigo 66 do Decreto Federal 4074/02. A complementação desta informação textual com uma coordenada geográfica, funciona como um “CEP”, visto que muitas vezes existem propriedades de mesmo nome no mesmo município e localidade.

De quem é a responsabilidade de indicar as coordenadas geográficas no receituário agrônômico?



Assim como todos os demais campos existentes na receita agrônômica, esta informação é de responsabilidade do profissional habilitado.

Arrendo uma gleba de 10 hectares para plantar soja dentro de uma propriedade de 20 hectares. Nesses outros 10 hectares, o proprietário também cultiva soja. O que devo fazer?

Não há problema algum. O proprietário comprará seus produtos com uma receita, e o arrendatário com outra receita.

Nesse mesmo caso envolvendo arrendamento, quem deve colocar a indicação?



Luiz Pasqualin, do Siagro

Em ambos os casos, o responsável técnico pela receita é que vai indicar a localização.

Tenho duas propriedades, posso colocar a latitude e a longitude de apenas uma delas no receituário?

Sendo duas propriedades distintas, cada uma requer uma receita própria, portanto com dados de localização distintos. A existência de uma receita para cada propriedade é uma segurança adicional para o produtor, pois os produtos somente podem ser utilizados para a propriedade indicada na receita. Assim é de direito que o produtor cobre de seu responsável técnico que faça as receitas para cada uma das propriedades.

Qual é o local de onde devem ser indicadas as coordenadas geográficas? No talhão específico da aplicação, na sede da propriedade ou em qualquer ponto da propriedade. Por quê?

Não se exige nenhum local específico, podendo ser adotado qualquer ponto que apenas pertença a propriedade. Como já foi dito, este ponto tem apenas a função de localizar melhor a

propriedade, e não de ser o ponto de aplicação.

Existe algum lugar específico no receituário onde o profissional responsável precisa colocar as coordenadas?

O profissional deverá colocar esta informação no campo onde normalmente já informa o nome da propriedade e sua descrição de localidade, adicionando ao final a coordenada em graus minutos e segundos.

O que acontece se meu receituário não tiver latitude e longitude? Quais são as sanções que o produtor vai sofrer?

Não há qualquer sanção ao produtor rural, pois a obrigação de indicar corretamente a propriedade é do profissional de agronomia.

Quais obrigações o produtor deve cumprir para atender às novas exigências?

Ao produtor não haverá qualquer mudança. O produtor deve observar que os produtos sejam aplicados de acordo com o recomendado nas receitas.

Vai haver alguma mudança em relação à fiscalização das propriedades?

Não há mudança alguma nas regras de fiscalização.

O que o produtor deve estar preparado para mostrar nessa fiscalização? O que exatamente será vistoriado?

A fiscalização continuará exigindo as mesmas documentações na propriedade, ou seja, que todos os produtos tenham suas devidas receitas e notas fiscais, além disso que seja observado o uso de acordo com o que foi prescrito na receita. Deve ser observado que a legislação prevê que estes documentos estejam disponíveis ao fiscal por, pelo menos, dois anos.



Usina Jacarezinho, em Jacarezinho

Seminário aponta caminhos para o controle do bicudo

Praga tem gerado prejuízos nas lavouras de cana-de-açúcar. Evento ocorreu em diversas usinas do Estado

Entre os dias 20 e 29 de agosto, o Sistema FAEP/SENAR-PR, em parceria com sindicatos rurais e usinas paranaenses, realizou cinco seminários sobre o bicudo da cana-de-açúcar, nas cidades de Jacarezinho, Colorado, Jussara, Paraíso do Norte e Tapejara. A capacitação teve como objetivo repassar informações sobre a praga, que tem causado grandes prejuízos nos canaviais. No total, mais de 180 colaboradores das usinas DaCalda, Jacarezinho, Alto Alegre, Cia Melhoramentos, Nova Produtiva, Coopcana, Cooperval e Santa Terezinha participaram do treinamento, que contou com parte teórica e atividades práticas.

Na programação, a parte da manhã envolveu duas palestras, que abordaram os aspectos referentes ao ciclo biológico, dimorfismo sexual, características para identificação, métodos de monitoramento e controle da praga, com o especialista Luiz Carlos de Almeida. Ou seja, a necessidade de prevenção do bicudo da cana-de-açúcar dominou os debates.

Na parte da tarde, os participantes aprenderam a identificar e monitorar a praga. No talhão de uma lavoura, o grupo observou a infestação do bicudo, onde foram encontradas todas as formas biológicas (ovo, larva, pupa e adultos).

“Nos últimos anos, o bicudo tem gerado significativos prejuízos financeiros. A difusão de tecnologias para o controle é necessária para trazer informação aos profissionais envolvidos e permitir um combate mais eficaz no controle da praga”, aponta Arthur Bergamini, gerente do Departamento Técnico (Detec) do SENAR-PR.

O bicudo da cana-de-açúcar coloca seus ovos na base dos colmos e as larvas destroem a parte subterrânea da touceira, matando os perfilhos ou mesmo a touceira inteira. Esse processo pode causar prejuízos de até 30 toneladas de cana por hectare, além da redução da longevidade do canavial.

“Até pouco tempo, a praga estava restrita ao Estado de São Paulo. Levantamentos recentes mostram que as formas biológicas estão disseminadas em diversas regiões. Por isso, é importante que os produtores e trabalhadores envolvidos com a cultura busquem informação visando o controle e, assim, evitando a disseminação do bicudo”, Jéssica D’angelo, técnica do Detec responsável pela cultura e que acompanhou a série de seminários pelo Paraná.

Memória do Campo



Cia Melhoramentos Norte, em Jussara



Coopcana Cooperval e Nova Produtiva, em Paraíso do Norte



Santa Terezinha, em Tapejara



Usina Alto Alegre, em Colorado



Força da suinocultura

Há 23 anos, o Boletim Informativo destacava ações que visavam tornar a suinocultura brasileira ainda mais forte. Na ocasião – em maio de 1996 – a atividade já tinha enorme relevância, mas atravessava um período de crises, com alta do preço de insumos e encolhimento de mercado. Por causa disso, a FAEP encampou sugestões apresentadas por produtores e associações e as encaminhou ao governo federal, em Brasília.

Entre os pedidos estava o aumento da alíquota de importação, a fiscalização sanitária rigorosa de produtos da suinocultura importados e a facilitação da compra de milho. Naquela época, os suinocultores brasileiros enfrentavam concorrência desleal com a China, que tinha pesados subsídios governamentais e levava vantagem em relação ao câmbio.

Hoje, o cenário é bem mais favorável ao Brasil e, por conseguinte, ao Paraná. O país se tornou o terceiro maior produtor de suínos do mundo e passou a exportar produtos. O consumo per capita anual, que era de 8,6 quilos, também aumentou e hoje passa dos 14,7 quilos por ano. No Paraná, o rebanho de suínos quase dobrou, passando de 3,9 milhões para 6,9 milhões de cabeças. A China, por sua vez, se tornou um gigantesco mercado potencial à suinocultura paranaense. Inclusive, pelo fato de os chineses virem enfrentando problemas decorrentes da peste suína.

Curso do SENAR-PR faz aluno se aprofundar no ferrageamento

Policial militar Wesley Menezes da Silva tem se especializado no casqueamento, de olho em uma nova profissão



Wesley Silva aposta em uma segunda profissão



Ofício de ferrageamento requer conhecimento

O primeiro contato de Wesley Menezes da Silva, o Tito, com o ferrageamento – aplicação de ferraduras – em equinos ocorreu ainda aos 11 anos. Na ocasião, a família morava em Sorocaba, cidade do interior de São Paulo, marcada pela influência do tropeirismo, e onde o pai, Adir Moreira da Silva, tinha algumas cabeças de cavalo. Percebendo que nunca faltava trabalho aos casqueadores e ferrageadores, o pai ponderou que aquela poderia ser uma boa profissão para o filho.

“Ele [Adir Silva] imaginou que era um serviço ensinado em uma universidade normal, em que você fica três anos fazendo um curso. Aí ele me disse: ‘Quando você for maior de idade, eu vou matricular você na universidade de cavalos, para você ser ferrageador’. Eu sempre fiquei com aquilo na cabeça”, conta Tito, hoje com 32 anos.

Anos depois, de volta a Jaboti, sua cidade natal no Norte Pioneiro do Paraná, Tito manteve aproximação com o meio rural. Com as palavras do velho pai ecoando dentro de si, em 2014, se deparou com o curso “Trabalhador na equideocultura: casqueamento e ferrageamento”, do SENAR-PR, e que

seria oferecido ali perto, em Guapirama. Ao longo de quatro dias, ele aprendeu as noções básicas da profissão pela qual acabou se apaixonando.

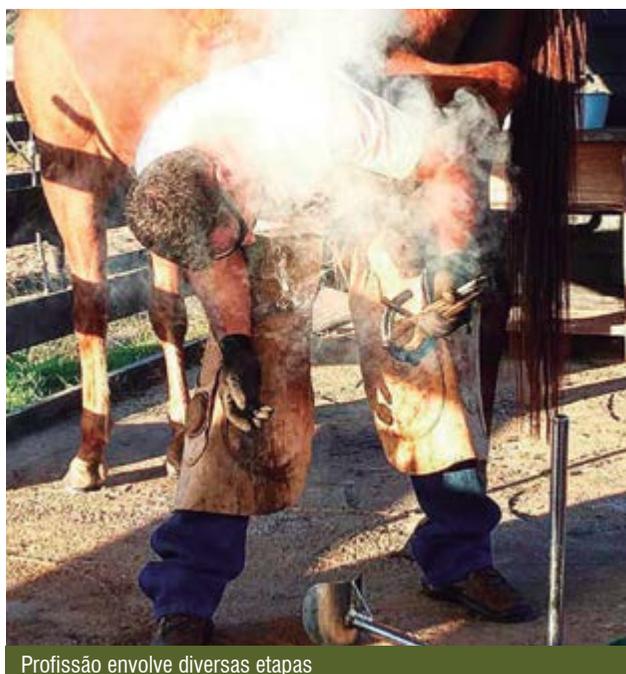
Universidade

Logo após o curso, Tito passou a rodar pelas propriedades de conhecidos, se oferecendo para ferragear cavalos de graça, para aprofundar os conhecimentos práticos. Eram dois ou três animais por mês. No ano seguinte, investiu nas primeiras ferramentas e já começou a atender profissionalmente. “Comprei bigorna, marreta, fiz a primeira compra de ferraduras e aí começaram a aparecer animais para ferrar”, relembra.

Desde então, Tito tem adquirido cada vez mais conhecimento. Frequentou uma série de cursos, inclusive com grandes expoentes da atividade, como Flávio Souza, graduado pela American Farrier Association (AFB); Douglas Zangrande, da Associação dos Ferradores do Brasil; e Luiz Gustavo Tenório, especialista que preparou os cavalos brasileiros para provas



Wesley prepara até 30 animais por mês



Profissão envolve diversas etapas

de hipismo nas Olimpíadas. Com tanto aprofundamento, quem diria que Tito não está, mesmo, cursando uma “faculdade de cavalos”, como o pai dele previu?

“Eu acredito que estou fazendo uma universidade, sim, porque o conhecimento a cada curso é muito amplo e diverso. E o SENAR-PR foi o alicerce de tudo isso. Se você não tiver um início bom, como o que o SENAR-PR dá, você não consegue subir. O SENAR-PR foi a grande base”, diz.

Investimento

Hoje morando em Pinhalão, Tito desenvolve suas atividades de ferrador de forma paralela a sua profissão principal: soldado da Polícia Militar (PM). A intenção, no entanto, é continuar se especializando, para que seu trabalho com os cavalos seja sua principal ocupação, após a aposentadoria da corporação. Por isso, tudo que ele ganha com o casqueamento e ferrageamento investe na própria atividade, em novos cursos e ferramentas.

Atividade viabiliza uma boa renda extra

A capacitação é ministrada ao longo de quatro dias, em turmas de até 15 pessoas. Ao longo da capacitação, os alunos têm aulas sobre a anatomia do casco dos animais, as ferramentas adequadas para cada etapa da atividade e aprendem na prática a fazer o casqueamento e o ferrageamento em equinos. Segundo o instrutor Éder Ribeiro da Rosa, do SENAR-PR, as turmas são compostas tanto por criadores que querem aplicar o conhecimento em sua propriedade, quanto por quem almeja exercer a atividade como uma profissão.

“Alguns querem aprender a ferragear os animais da própria fazenda. Outros querem fazer carreira. Temos visto vários casos em que a pessoa passou pelo curso e hoje está trabalhando só com isso, ferrando uma média de 80 cavalos por mês, a R\$ 180 por animal [incluindo o material]. Estão ganhando bem com esse trabalho”, afirma o instrutor.

“Se você não tiver um início bom, como o que o SENAR-PR dá, você não consegue subir”

Wesley Menezes da Silva, ex-aluno da instituição

“Eu atendo de 20 a 30 animais por mês. Só não atendo mais porque não consigo dedicar mais tempo à atividade. Mas minha meta é ficar só nisso”, ressalta Tito, que já atende criadores de cerca de dez cidades do Norte Pioneiro. “Mas o ferrageamento já é uma atividade, para mim, que se sustenta sozinha e que dá dinheiro. Investi cerca de R\$ 8 mil em ferramentas. Dinheiro que consegui neste serviço mesmo. O Brasil tem seis milhões de cavalos. Ou seja, serviço tem bastante. Só precisamos conscientizar o proprietário que cavalo precisa de ferrageamento e manutenção”, acrescenta.

Casado, pai de uma filha e com a esposa esperando mais um herdeiro, Tito só lamenta que seu pai não tenha tido tempo de ver que o filho seguiu seu conselho e se dedicou ao ferrageamento. Adir Silva faleceu em 2010, anos antes de Tito ter feito o primeiro curso no SENAR-PR. O tempo e a disposição do rapaz, no entanto, mostraram que o pai estava certo. “Eu sempre trouxe comigo o que ele disse. Tanto que fui atrás e estou fazendo acontecer. Pena que ele não viu”, diz.



CAMPINA DA LAGOA

CULTIVO DE ESPÉCIES FRUTÍFERAS

No dia 17 de maio, o Sindicato Rural de Campina da Lagoa promoveu o curso “Trabalhador no Cultivo de Espécies Frutíferas Rasteiras - Morangueiro”. Um grupo de 15 pessoas assistiu às aulas com a instrutora Karina Calil Caparroz.



RIBEIRÃO DO PINHAL

CLASSIFICADOR DE GRÃOS

Por incentivo do Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal e CRAS, 14 pessoas participaram do curso “Classificador de Grãos – Trigo”. As aulas com a instrutora Ellen Karine Roco Piffer de Medeiros Buso ocorreram no dia 19 de junho.



ANDIRÁ

DERIVADOS DE PESCADOS

Nos dias 21 e 22 de junho, o Sindicato Rural de Andirá, Igreja Matriz São Sebastião e Sementes Sorria promoveram o curso “Produção Artesanal de Alimentos – Derivados de Pescados”. O instrutor Frederico Leoneo Mahnic capacitou oito alunos.



CASCAVEL

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Um grupo de 12 pessoas participou do curso “Trabalhador Volante da Agricultura - Aplicação de Agrotóxicos - NR 31.8”, organizado pelo Sindicato Rural de Cascavel e Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG). As aulas com o instrutor Paulo Roberto Marchesan aconteceram entre os dias 24 e 26 de junho.



RONDON

JAA

No dia 3 de julho, um grupo de 15 alunos iniciou o curso “Produtor Agrícola - Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) - Preparando para Gestão”, promovido pelo Sindicato Rural de Rondon. As aulas com a instrutora Maria Cecilia dos Santos Rodrigues ocorreram até o dia 26 de novembro.



PARANACITY

GESTÃO RURAL

O Sindicato Rural de Paranacity e Coopersul organizaram o curso “Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvopastoris - Introdução a Gestão Rural”, entre os dias 15 e 23 de julho. O instrutor Clovis Aparecido Alves Palozi treinou 12 pessoas.



SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

FORRAGICULTURA

Nos dias 15, 16 e 17 de julho, 13 pessoas participaram do curso “Trabalhador Agropecuário - Forragicultura - Estabelecimento, Recuperação e Reforma de Pastagens”. A capacitação organizada pelo Sindicato Rural de São José dos Pinhais contou com o instrutor Clodoaldo da Silva.

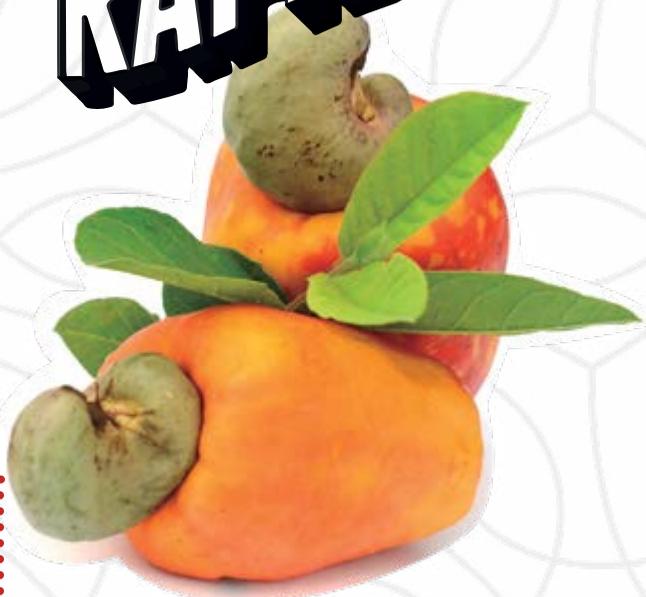


NOVA LONDRINA

TRATORISTA AGRÍCOLA

O instrutor João Shinobu Tamai capacitou oito pessoas ao longo do curso “Tratorista Agrícola - Operação de Tratores e Implementos”. O curso organizado pelo Sindicato Rural de Nova Londrina ocorreu entre os dias 15 e 19 de julho.

VIA RÁPIDA



Fruta que não é fruta

O caju é uma excelente fonte de fibras, antioxidantes, vitaminas, minerais e gorduras boas. Literalmente, um aliado contra o envelhecimento precoce, diabetes e distúrbios digestivos. O que poucos sabem é que o caju, na verdade, não é uma fruta. O alimento é um pseudofruto, originado do pedicelo da flor do cajueiro. Biologicamente falando, a fruta em si é a castanha-de-caju. Outros pseudofrutos conhecidos são morango, maçã e pêra.



Porquinho terapeuta

A terapia assistida por animais é usada em várias especialidades. Pensando em minimizar o estresse sofrido pelos passageiros que circulam por ali diariamente, a administração do aeroporto de São Francisco, na Califórnia, nos Estados Unidos, contratou vários terapeutas de quatro patas. Lilou, a porquinha elegante, é a estrela da equipe, com um perfil no Instagram com 19 mil seguidores (@lilou_sfpig).



Quase um King Kong

Há 100 mil anos existia um macaco que media três metros de altura e pesava 500 quilos. O *Gigantopithecus* foi extinto por não se adaptar às mudanças do meio ambiente em que habitava - a floresta se transformou em savana. O seu parente vivo mais próximo é o orangotango, que conseguiu se adaptar por ter um metabolismo mais lento, ou seja, sobrevive com pouca comida por um longo período.



Russo abduzido

O que dizer de um parlamentar russo que jura que foi abduzido? É o caso de Kirsan Ilyumzhinov que, em 1997, relatou o ocorrido às autoridades. A maior preocupação, no entanto, foi se o homem passou informações importantes e secretas aos extraterrestes. Segundo Ilyumzhinov, a espaçonave deu um pulo aqui na Terra para coletar amostras.





Gaivota cósmica

O nome psicodélico é de uma nebulosa que fica na nossa galáxia, a 3,7 mil anos luz de distância do nosso planeta e se estende por 100 anos-luz. A nebulosa é conhecida por ser um berçário de estrelas, devido a sua alta concentração de hidrogênio e hélio.



Papo em dia

Dois velhos amigos se encontram na rua:

- E aí Renato, como você está?
- Mais ou menos, estou vindo do velório do Chico.
- O Chico morreu?
- Espero que sim, porque a família planeja enterrar ele!



Cocktail

Tão consumido quanto a caipirinha, o rabo-de-galo é um drink 100% brasileiro e famoso em qualquer bar do país. A bebida é uma mistura de cachaça com vermute tinto. O nome é uma brincadeira com a palavra “coquetel”, que em inglês se escreve *cocktail*, rabo de galo, literalmente.



UMA SIMPLES FOTO

Pinguins bebem água?

Animais que vivem em regiões frias têm diferentes soluções para a hidratação. Os pinguins não consomem gelo, por exemplo. Eles se hidratam com a água do mar. Diferentemente dos mamíferos, seu corpo filtra o sal em excesso, mecanismo desenvolvido com a seleção natural.



Agora, você também pode acompanhar **24 horas por dia** o que o Sistema FAEP/SENAR-PR está fazendo.

Siga nossas redes sociais



Facebook
Sistema Faep



Instagram
sistema.faep



Twitter
SistemaFAEP



Linkedin
sistema-faep



Flickr
SistemaFAEP

SISTEMA FAEP



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

